

# SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	11
I. PROVA E ARGUMENTAÇÃO (I). DECIDIR SOBRE OS FATOS	17
1. Verdade e prova: concepção cognoscitivista .....	17
2. Valoração da prova: o espaço da indução .....	22
2.1. Prova e indução .....	22
2.1.1. A indução como racionalidade da justificação e da valoração .....	26
2.1.2. Prova direta e prova indireta: considerações críticas.	28
2.2. Livre valoração.....	31
2.3. Modelos de valoração.....	33
2.3.1. Os modelos matemáticos .....	34
2.3.2. O modelo valorativo do grau de confirmação .....	37
2.3.2.1. Não-refutação .....	38
2.3.2.2. Confirmação (ou probabilidade) suficiente e maior do que qualquer outra H sobre os mesmos fatos.....	38

2.4. Argumentos de confirmação .....	39
2.5. Confirmação (ou probabilidade) “maior que” qualquer outra H sobre os mesmos fatos.....	42
2.6. Confirmação ou probabilidade “suficiente” .....	42
II. PROVA E ARGUMENTAÇÃO (II). JUSTIFICAR A DECISÃO .	43
1. Antes: os <i>standards</i> de prova.....	43
1.1. O <i>standard</i> como indicador do grau de probabilidade exigível.	43
1.2. Sobre o alcance heurístico e justificatório dos <i>standards</i> de prova .....	48
2. Motivação da prova .....	50
2.1. Justificar (também) as decisões probatórias.....	50
2.2. Sobre os argumentos e o estilo da motivação .....	53
2.3. Algumas deficiências na práxis da motivação .....	58
2.3.1. A técnica do relato .....	58
2.3.2. Motivação implícita, por remissão e não exaustiva...	59
2.3.3. A inexigibilidade de motivação da prova direta.....	61
2.4. Apontamentos: breves diretrizes sobre a motivação.....	64
III. INCERTEZA CAUSAL. PROBABILIDADE, <i>STANDARDS</i> DE PROVA E OPORTUNIDADES PERDIDAS .....	67
1. Introdução .....	67
2. Causalidade e imputabilidade .....	69
2.1. Distinguindo .....	69
2.2. Critérios de imputação.....	71
3. A prova do nexos causal.....	75
3.1. Objeto da prova .....	75
3.2. Prova e probabilidade.....	77
3.3. <i>Standards</i> de prova e incerteza .....	79

4. Um novo <i>standard</i> de prova: as oportunidades perdidas .....	82
4.1. Sentido da TPUC .....	82
4.2. Caracterização da TPUC .....	84
4.3. Requisitos (e uso espúrio) da TPUC .....	88
<b>IV. PREVENÇÃO E EDUCAÇÃO: O CAMINHO PARA UMA MELHOR CIÊNCIA FORENSE NO SISTEMA DE JUSTIÇA..</b>	<b>91</b>
1. Ciência forense: “boom”, mitificação e erros .....	91
2. Mais transparência e menos exagero: a crítica da ciência forense..	97
3. Avanços e desafios .....	104
3.1. O caminho (ético) que a ciência forense deve seguir: pre- venção .....	105
3.2. O desafio do direito: a educação.....	110
<b>V. ALÉM DA VERDADE: DEFESA DOS DIREITOS QUANDO SE BUSCAM PROVAS .....</b>	<b>125</b>
1. Mãos limpas: direitos <i>versus</i> verdade .....	125
2. Defesa dos direitos: a exclusão da prova ilícita .....	128
2.1. Conceito de prova ilícita .....	128
2.2. Alcance da exclusão: prova ilícita derivada.....	129
2.3. Fundamento da exclusão.....	131
a) Do “devido processo” ao “efeito dissuasório” .....	131
b) A doutrina espanhola sobre a “conexão de antijuridicidade” .	134
3. O argumento das exceções .....	138
3.1. A fonte independente.....	138
3.2. A descoberta inevitável .....	140
3.3. O nexa causal atenuado.....	142
3.4. A boa-fé .....	145

3.5. A exceção Falciani: podem ser admitidas provas obtidas ilicitamente por um particular? .....	146
4. Conclusão: <i>a proibição de prova ilícita levada a sério</i> . A impopular missão do cumprimento das garantias .....	149
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	155